

HABEAS CORPUS Nº 493.826 - SP (2019/0045744-8)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : LEONARDO FERNANDES AMANCIO
ADVOGADO : LEONARDO FERNANDES AMANCIO - SP196051
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CRISTIANO HENRIQUE DA CRUZ OLIVEIRA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CRISTIANO HENRIQUE DA CRUZ OLIVEIRA, em face de acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi condenado como incurso nas penas do artigo 180, *caput*, 304 e 311 do Código Penal, por duas vezes, às penas de 12 anos de reclusão, além do pagamento de 60 dias-multa.

Interposto recurso de apelação extemporâneo, não foi conhecido.

Impetrado *habeas corpus* na origem, a Corte local denegou a ordem.

Sustenta a defesa, em suma, nulidade do processo por incompetência territorial do Juízo da Comarca de Américo Brasiliense para processar e julgar os crimes em questão, alegando que *o Juízo competente para o processamento da ação penal é sem sombra de dúvida o da Comarca de São José do Rio Preto, lugar da aquisição dos veículos* (fl. 7).

Suscita o impetrante também nulidade decorrente da utilização de laudo pericial errôneo para a condenação do paciente, aduzindo que *como o Laudo Pericial de fls. 128/134 diz respeito a um modelo de veículo totalmente estranho aos autos, e que respectivo Laudo serviu de fundamento para a prolação do decreto condenatório, a r. decisão ora combatida encontra-se eivada de nulidade insanável* (fl. 9).

Por fim, defende a teratologia da condenação, pois *a r. sentença condenatória encontra-se eivada de flagrante contradição, pois, como dito acima, ao reconhecer ser o paciente o autor da falsificação/adulteração, a Douta magistrada sentenciante jamais poderia tê-lo condenado como incurso nas penas do crime de uso de documento falso, configurando a condenação num verdadeiro bis in idem* (fl. 11).

Requer, liminarmente, a expedição de contramando de prisão em favor do paciente para evitar a prisão iminente, e no mérito, o reconhecimento das nulidades suscitada.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, onde a pretensão de reconhecimento das nulidades arguidas, por alegada incompetência territorial do Juízo para processamento e julgamento do feito, fragilidade da condenação baseada em laudo pericial errôneo e *bis in idem*, é claramente satisfativa, de igual forma descabendo a liminar suspensão dos efeitos de sentença condenatória transitada em julgado e da execução penal, com a conseqüente expedição de contramando de prisão, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator